

O LADO OBSCURO DOS “JORNALÕES”: A MEMÓRIA MIDIÁTICA SOBRE ERNESTO GEISEL E A POSSIBILIDADE DE REDENÇÃO

THE DARK SIDE OF BRAZILIAN’S TABLOIDS: THE MEDIATIC MEMORIES ABOUT ERNESTO GEISEL AND IT’S REDEMPTION POSSIBILITIES

Bianca Rihan Pinheiro Amorim

Mestre em História pela UFF

biarihan@hotmail.com

Resumo

No ano em que se completam 50 anos da ditadura civil-militar no Brasil e 40 anos da posse de Ernesto Geisel como presidente do país, analisamos o posicionamento de grandes jornais privados na ocasião da morte do general. São editoriais jornalísticos, além de mensagens e depoimentos de personalidades públicas amplamente divulgadas pelos meios de comunicação, que contribuem para a consolidação de consensos repercutidos na sociedade brasileira até os dias de hoje. A partir da análise dos referidos jornais privados, apontamos para a construção da imagem de Ernesto Geisel como o “presidente da abertura”, insuflando a transição política pela “transação”, enterrando conflitos “passados” e proporcionando o encaminhamento “sem traumas” do ritual institucional do consenso, originário da redemocratização brasileira.

Palavras-Chave: Meios de Comunicação. Ernesto Geisel. Construção de Consensos.

Abstract

This article intend to analyze the positions held by major Brazilian’s private newspapers in the occasion of general’s Geisel death, in this year on which are being remembered the fortieth anniversary of his presidential occupancy and the fiftieth anniversary of the civilian-military dictatorship regime that lasted 21 years in Brazil. Our attention is mainly focused on the journalistic editorials and personal declarations and messages by public personalities that were massively publicized by those mass media, therefore contributing to the consensual constructions enduring till our days in Brazilian society. We point out to the image construction of Geisel as the “opening up president”, inciting political transition by “transactional” ways, burying “past” conflicts and ensuring “non-traumatic” conduction of institutional ritual of consensus, originated by the process of re-democratization of Brazilian society.

Keywords: Media. Ernesto Geisel. Consensus Construction.

Introdução

“A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”¹

1.1 O Governo Geisel

Em um ambiente de instabilidade política, duras críticas aos sucessivos governos militares instaurados no Brasil, e a obsessão dos mesmos pelo combate à “subversão”, - dada a conjuntura mundial de Guerra Fria, e a paulatina organização dos movimentos sociais internamente - os traços do autoritarismo foram se tornando cada vez mais explícitos em nosso país, principalmente a partir do decreto do AI-5, de 13 de dezembro de 1968; do recesso do Congresso; e o aumento dos aparelhos repressivos. Os órgãos de segurança acabaram assumindo, então, lugar chave na estrutura do Estado, com os serviços de inteligência ocupando a posição mais estratégica para o combate à “subversão”.² Mas apesar de a violência ter se configurado como uma característica central de todos os governos militares pós 1964, que a usaram no intuito de desfazer mobilizações, reprimir, coagir e retirar o caráter político da luta social, o governo Geisel conseguiu manter-se praticamente isento do legado da repressão.

Ernesto Geisel tomou posse como presidente do Brasil em 15 de março de 1974. Sucessor de Emílio Médici, assumiu a presidência em uma conjuntura de recrudescimento dos arbítrios - principalmente após o Ato Institucional nº 5 - que fez inflar o movimento de oposição. Por outro lado, era pressionado a encontrar uma solução positiva frente à crise energética mundial, que ameaçava um dos mais eficientes pilares de propaganda governamental: o crescimento conseguido com o chamado “milagre econômico”.

Entendendo o momento delicado pelo qual passava o regime civil-militar que viria a dirigir, Geisel iniciou seu mandato defendendo novos paradigmas para o mesmo.

¹ Grito de manifestantes durante as passeatas de junho de 2014, em todo o Brasil.

² Ver CARVALHO, Aloysio. *Os militares na liberalização do regime autoritário brasileiro (1974-1985)*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível In: <http://www.lemp.historia.ufrj.br>

O general destacou-se na cena pública pelo discurso de flexibilização dos moldes autoritários que passaram a predominar nos governos anteriores, o que, segundo ele, levaria, naturalmente, a uma lenta, gradual e segura abertura política. O período que se seguiu a partir da posse de Ernesto Geisel combinou, porém, avanços e retrocessos, revelando ambiguidades das mais variadas naturezas sobre o caráter de seu governo.

Ao proferir longo discurso programático, em 29 de agosto de 1974, na ocasião em que se reuniu pela primeira vez com seu Ministério, o então presidente apelou à “imaginação política criadora”³ para que fossem superados os instrumentos de exceção que naquele momento ainda vigoravam no país, e ainda afirmou seus “sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso, estimulando a maior participação das elites responsáveis e do povo em geral”⁴. Extremamente significativo para a análise mais profunda do governo que se seguiu, esse primeiro pronunciamento nos ajuda a entender o caráter contraditório do mesmo, mas, sobretudo, certa “inteligência política” de Geisel para lidar com a complexidade que caracterizava a conjuntura nacional naquele período.

A necessidade do momento era ativar o consenso em torno de um regime que começava a sofrer muitas críticas, o que nos sugere as estratégias de produção e difusão de um discurso que, ao alardear a intenção da distensão democrática, e protagonizar a abertura de algum espaço para a restauração de determinados princípios liberais, criava condições para a consolidação do domínio político. Afinal, nem mesmo em uma ditadura, instaurada por meio de um golpe de Estado, há condições de que um regime se mantenha sem o mínimo de consenso, pois só o uso da coerção não o levaria a outro fim, senão a impossibilidade de seu funcionamento.

Sobre as práticas do governo Geisel não podemos, portanto, apontar para o desmantelamento das lógicas coercitivas de poder que sustentaram o regime civil-militar ao longo de sua construção, muito pelo contrário, a busca pelo consenso acabou por refinar as formas de dominação e coerção, tentando naturalizá-las como um elemento necessário para a garantia da ordem social. Espalhava-se a ideia de que a

³GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

⁴Ibid.

coerção deveria ser aceita e transmitida, mas atuar excepcionalmente em caso de transgressões:

É dever do Governo assegurar condições plenamente satisfatórias de liberdade, sem discriminações quaisquer, a todos os brasileiros que, pacificamente, se dedicam ao trabalho construtivo, em proveito de si mesmos, de suas famílias e de sua pátria. Nada tem a temer, portanto, quem não infringe a lei.⁵

De certa maneira, Geisel se impunha perante a instituição militar, principalmente aos setores contrários a quaisquer decisões liberalizantes. Porém, na medida em que o governo necessitava do apoio das Forças Armadas, necessariamente em paralelo às disputas, havia muitas ponderações. Se o fortalecimento do executivo diante da corporação estabeleceu algumas limitações quanto à atuação dos militares a que se convencionou chamar linha dura, o presidente nunca deixou de contar com os mesmos para as intervenções nas ocasiões de “perigo iminente”. A despolitização da cúpula militar não foi total, uma vez que os setores envolvidos nos órgãos de segurança e informação continuavam atuando, e compondo o governo.⁶

Acreditamos que segundo a convicção dos articulistas da distensão, uma maior sutileza na atuação dos serviços secretos seria capaz de diminuir o desgaste da instituição militar presente no governo, mas, ao mesmo tempo, sua conservação era necessária, mantendo o potencial de tramar o destino daqueles que contestavam as formas de exercício de poder no Brasil.

Na linha narrativa organizada pelo ex-presidente, seu governo é apresentado como um marco para a virada nas práticas autoritárias do regime civil-militar, inaugurando o avanço do processo de transição para a democracia no Brasil. Um dos melhores exemplos para confirmar tal afirmação diz respeito aos episódios de assassinatos do jornalista Wladimir Herzog, em 23 de outubro de 1975, e do dirigente sindical Manoel Fiel Filho, ocorrido menos de três meses depois, em 17 de janeiro de 1976. As mortes do jornalista e do sindicalista, identificados por suas relações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), estimularam grande reação da opinião pública,

⁵ GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

⁶ CARVALHO, Aloysio de. op.cit. 2010.

com manifestações e protestos tanto no Brasil como no exterior; comoção que levou à demissão do comandante do II Exército, general Ednardo Mello, tachado pelo governo como um provocador da linha dura e oposto à abertura “lenta, gradual e segura” defendida pelo Presidente da República. O cargo de Ednardo foi assumido pelo general Dilermando Monteiro, considerado um militar moderado, entusiasta da abertura, e próximo colaborador de Geisel. Em entrevista concedida à televisão francesa, disponibilizada em seu arquivo pessoal, Geisel faz menção implícita ao caso, desvinculando seu governo do autoritarismo anterior:

Há também uma influência muito grande no sentido negativo daqueles que daqui saíram depois de terem praticado sequestros e outras atividades terroristas e que emigraram para certas áreas da Europa, onde, juntamente com elementos da extrema-esquerda, se empenharam numa ativa propaganda contra o Brasil. É evidente que nós compreendemos tudo isso e sentimos o que está acontecendo. Mas creio que progressivamente vai-se verificando que o quadro brasileiro não é mais este que tem sido apresentado. Quem vive no Brasil sabe que o Brasil é um país livre, onde todos podem viver livremente e exercer todos os seus direitos. No Brasil não se admite que haja subversão. Mas essa questão que se apresenta, de torturas, de sofrimentos e ação terrorista contra aquele que não apoiam o governo brasileiro, absolutamente não é verdade. Eu, pessoalmente, como Presidente, tenho-me empenhado, sinceramente, em que todas as denúncias que se verificarem sejam devidamente apuradas.⁷

Porém, os acontecimentos do dia 16 de dezembro de 1976 acabam com essa tese: no episódio que ficou conhecido como a “Chacina da Lapa”, três dos mais importantes dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ângelo Arroyo, Pedro Pomar e João Batista Drummond foram covardemente assassinados depois de um ataque de forças do Exército a uma reunião do Comitê Central do partido. Contrariando a memória hegemônica, relembremos que no Brasil de Geisel e Dilermando ainda se praticavam torturas e assassinatos: durante esse governo, considerado mais liberal, tombaram para as forças do Estado os últimos guerrilheiros do Araguaia e se deram, também, as prisões, torturas e desaparecimentos de vários dirigentes do PCB.⁸

⁷ GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

⁸ Segundo Enrique Serra Padrós e Alessandra Gasparotto: “apesar dos discursos em torno de uma suposta democratização esse período foi marcado por um grande número de assassinatos e desaparecimentos. Calcula-se que em torno de 108 militantes da resistência foram mortos entre 1974 e 1979. Números da Anistia Internacional apontam para a detenção de mais de duas mil pessoas em todo o território nacional

No âmbito do Congresso, também podemos afirmar que apesar dos discursos sobre democracia e liberdade, Geisel recorreu inúmeras vezes a medidas autoritárias para atingir seus objetivos. As prerrogativas garantidas pelo Ato Institucional nº 5, contraditoriamente, foram sendo naturalizadas pelo presidente “liberal” como inevitáveis à retomada democrática, e foi na marra que ele golpeou a autonomia do legislativo, através da cassação de parlamentares, da intervenção na prefeitura de Rio Branco e, sobretudo, da outorga de recesso ao Congresso, o que não acontecia desde 1968, quando da decretação do Ato.⁹

1.2 O Consenso dos meios de comunicação sobre o “presidente da abertura”.

No dia da morte de Ernesto Geisel acompanhamos a cobertura de uma série de jornais de grande circulação veiculando homenagens ao ex-presidente, propagandeando a imagem do “general da abertura”, sobretudo, no que diz respeito ao seu empenho para a consolidação de um Brasil soberano e democrático, seja pelas “transformações que idealizou em nossa economia”, seja, e, principalmente, pela “firmeza e independência com que conduziu o país para o caminho da liberdade”.

Nossa hipótese relaciona a narrativa desses atores em torno da sacralização da figura “democrática” de Geisel, justamente, devido à transição conservadora em nosso país, que seguiu rearticulando os grupos dominantes e garantindo a acumulação de poder de instituições e pessoas estruturantes para o estabelecimento e desenvolvimento da ditadura, e igualmente importantes para a estabilidade da “nova democracia”. Paralelamente à consolidação de um personagem chave para a “reconstrução democrática” - ligado ao projeto militar -; da ideia de um movimento militar “cívico e redentor”, que foi assaltado em seu processo devido ao avanço da linha dura; e do encaminhamento de uma transição conciliada, evitam-se maiores conflitos sociais, e

entre meados de 1975 e 1976. Parte das atenções do aparato repressivo voltou-se para a perseguição de militantes dos tradicionais partidos de esquerda: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).” Ver PADRÓS, Serra e GASPAROTTO, Alessandra. “Gente de menos nos caminhos e descaminhos na abertura do Brasil (1974-1985)” In: *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985. O fim da ditadura e o processo de redemocratização*, volume 4. Porto Alegre: CORAG, 2009.

⁹ Ver GRINBERG, Lucia. Partido Político ou bode expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional, ARENA (1965-1979). Rio de Janeiro: Maud, 2009.

também a investigação do próprio passado dos inúmeros personagens ligados ao regime de exceção, mas posteriormente ao seu sepultamento, transmutados em defensores irredutíveis dos princípios democráticos. Geisel se torna um importante interlocutor de grupos e instituições que apoiaram o golpe - justificando nele a esperança para combater a “arruaça”, a “corrupção” e o “comunismo”-, mas que, no presente, buscam afastar-se de memórias traumáticas e comprometedoras sobre o período de exceção.

As empresas de comunicação, que comumente se apresentam como porta-vozes da imparcialidade e da neutralidade foram, muitas delas, participantes ativas da vida política, econômica e cultural do país durante os anos da ditadura civil-militar, fazendo escolhas, tomando posições, e “educando” à população a ver o mundo conforme suas letras e lentes. Se a memória da “transição consentida” acabou por resguardar o local dos meios de comunicação de massa segundo a censura que sofreram e a resistência que encamparam, a análise do “outro lado da moeda” comprova o enorme benefício que teve o setor das comunicações durante a ditadura, em um projeto partilhado entre meios e militares.

Para termos maior clareza sobre a aliança ideológica entre militares e as principais empresas privadas de comunicação, basta recordarmos o conteúdo de editoriais da grande imprensa nos primeiros dias após a derrubada do governo de João Goulart:

Salvos da comunicação que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos. Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais.¹⁰

Ressurge a democracia! Vive a nação dias gloriosos. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, O Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ter a garantia da subversão, a ancora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o

¹⁰ O Globo, 2 de abril de 1964.

assassínio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.¹¹

Minas desta vez está conosco. Dentro de poucas horas, essas forças não serão mais do que uma parcela mínima de incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao caudilho que a nação jamais se vergará às suas imposições.¹²

Golpe? É crime só punível pela deposição pura e simples do Presidente. Atentar contra a Federação é crime de lesa-pátria. Aqui acusamos o Sr. João Goulart de crime de lesa-pátria. Jogou-nos na luta fratricida, desordem social e corrupção generalizada.¹³

Segundo Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman alguns jornais chegaram a participar ativamente da articulação para a derrubada de Goulart da presidência, como, por exemplo, o Estado de São Paulo. Um de seus proprietários, Ruy Mesquita, integrou um coletivo de civis e militares que conspiravam contra o governo, já Júlio Mesquita Filho, outro integrante da família, é tido, em parceria com o advogado Vicente Rao, professor de Direito Civil da Universidade de São Paulo (USP), como autor do “Roteiro da Revolução”, documento que supostamente orientou medidas arbitrárias “como a dissolução do Senado, da Câmara e das assembleias legislativas, anulação do mandato dos governadores e prefeitos, e a suspensão do *habeas corpus*”.¹⁴

O fato é que o projeto cultural fomentado durante a ditadura civil-militar, que buscava implantar um sistema de informação capaz de “integrar” o Brasil, fortalecer a segurança nacional, e mobilizar a sociedade em torno de uma agenda nacional de desenvolvimento, gerou uma política deliberada de modernização da mídia. Segundo Abreu e Lattman-Weltman, os meios de comunicação eram parceiros necessários para difundir uma visão otimista do país, destacando-se a televisão.

A criação da TV Globo em 1965, inserida, segundo Renato Ortiz, na perspectiva de reorganização tardia da economia brasileira no processo de internacionalização do capital, virou alvo de interesse do Estado autoritário em fortalecer seu parque industrial.

¹¹ O Globo, 4 de abril de 1964.

¹² O Estado de São Paulo 1 de abril de 1964.

¹³ Jornal do Brasil, 1 de abril de 1964.

¹⁴ ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, Alzira Alves (org). *A democratização no Brasil. Atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.74.

O investimento no mercado de bens culturais no Brasil contribuía para a ampliação da base de apoio ao regime, através da integração do setor empresarial também da indústria cultural.¹⁵ Não por acaso emergiram nessa época os grandes conglomerados que viriam a controlar, cada vez mais, os meios de comunicação e a cultura de massa: representação das forças econômicas e políticas aliadas.

Exemplos diretos de benefícios concedidos pelo Estado aos empresários da mídia dentro do projeto de modernização dos meios de comunicação são descritos por Abreu e Lattman-Weltman:

Através do Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas (Geipag), vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio e que tinha por objetivo analisar e aprovar os pedidos de importação de equipamentos gráficos, foram dadas facilidades para a obtenção de empréstimos em bancos oficiais e para a compra de equipamentos, o que permitiu a modernização das redações. Por outro lado, foram concedidos financiamentos para a construção de novos prédios, agora necessários para abrigar novas máquinas e permitir a expansão das redações. A publicidade dos órgãos oficiais também beneficiou largamente a mídia – basta lembrar que em torno de 30% das receitas dos jornais eram obtidas dos clientes oficiais, o que significava uma dependência econômica considerável do Estado. As concessões de estação de rádio e de televisão muito beneficiaram os empresários da mídia.¹⁶

Porém, apesar do apoio midiático à ditadura - e vice-versa - estar bem documentado nas páginas dos maiores periódicos do país, ao “contarem”, no presente, a história dos anos autoritários, os meios de comunicação preferem focar certos atores e narrativas que desviem essa abordagem, e se aproximem, de alguma forma, de seus projetos presentes e expectativas futuras. Conforme bem ressalta Alessandra Carvalho, “acabam por formatar a história presente em suas páginas”.¹⁷ A autora, que se preocupou com o tipo de construção que a imprensa fez de si e do Brasil sob ditadura, quando tiveram lugar os aniversários de 30 e 40 anos do golpe, chegou à conclusão de

¹⁵ ORTIZ, Renato. O Mercado de Bens simbólicos. In: *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

¹⁶ ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. op.cit.2006. p.74.

¹⁷ CARVALHO, Alessandra. “Contando a história da ditadura civil-militar: grande imprensa e a construção da memória no Brasil Democrático.” 2001, p.2. Esta versão do texto foi apresentada no XXIII Congresso da Latin American Studies Association (2001), a partir de pesquisa financiada pelo Social Science Research Council dentro do projeto ‘Memória Coletiva da Repressão’.

que a maioria dos veículos de comunicação afirmava o próprio papel, naquela conjuntura histórica, a partir de um lugar de resistência:

(...) por diferentes caminhos e de acordo com a trajetória de cada periódico, a produção jornalística reforçou uma memória das interações entre imprensa e ditadura centrada nas ideias de repressão/censura e, como consequência, de resistência/vítima. Inerente a essa imagem, alguns eventos foram relatados de forma recorrente constituindo-se em ícones de uma espécie de memória imediata. Quando se pensa na história da imprensa sob a ditadura, vêm à mente os poemas de Camões publicados por *OESP*, a primeira página do *JB* de 14 de dezembro de 1968, a morte de Vladimir Herzog. Como afirma Marcelino, há uma seleção feita em torno de casos exemplares, insistentemente mencionados, que acaba instituindo uma memória baseada na dicotomia repressor/reprimido e na ideia de resistência.¹⁸

Na análise empreendida pela autora, outro ponto de destaque foi a demarcação alimentada pelos meios de comunicação entre militares liberais e linha dura - interpretação incentivada pelos próprios militares. Assim, Geisel e seu companheiro, o General Castello Branco, dois estrategistas do golpe de Estado, foram retratados pela imprensa como presidentes liberais, preocupados com a democracia, enquanto Costa e Silva e Médici ganhavam ressonância pela aproximação com os setores mais duros das Forças Armadas, e responsabilizados pelos períodos de fechamento do regime. Segundo Carvalho, essa interpretação pode ser encontrada em periódicos como *O Globo* e *OESP* e também na *Revista Veja*.

Alargando a mirada dos próprios jornais é interessante, ainda, abordarmos o livro do *Memória Globo*, projeto da Central Globo de Comunicação, em homenagem ao *Jornal Nacional*. Lançado em 2004 com o título “*Jornal Nacional. A notícia faz história*” o livro pretende-se uma bibliografia que detalha e analisa “especificamente o *Jornal Nacional*, sobretudo em trabalho calcado nas fontes mais apropriadas”.¹⁹ O Capítulo dedicado a falar do “jornalismo em Tempos de Distensão” inicia-se da seguinte maneira:

¹⁸ CARVALHO, Alessandra. op.cit.2001.p.11.

¹⁹ *Memória Globo*. “*Jornal Nacional. A notícia faz História*.” Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Capa.

O General Ernesto Geisel, quarto presidente do Brasil desde o golpe militar, tomou posse em 15 de março de 1974, iniciando uma abertura política definida por ele mesmo “lenta, gradual e segura”. Logo no começo, diminuiu a severa ação da censura sobre os meios de comunicação e garantiu a realização, em novembro daquele ano, de eleições livres para senadores e deputados. A chegada de Geisel ao poder representou um novo tempo para o Jornal Nacional. Durante o governo anterior, do general Emilio Garrastazu Médici o jornalismo político tinha pouca expressão no Telejornal (...). A repórter Marilena Chiarelli lembra que, naquela época trabalhava-se com o *press-release*, em decorrência da forte censura.²⁰

Ou seja, na maioria das interpretações os meios de comunicação aparecem ocupando o lugar de forças da resistência ao regime, ou, identitariamente, próximos aos presidentes militares “castelistas”, que segundo as apreciações jornalísticas, também entendiam a política a partir de uma perspectiva democratizante.

Pois aqui, mais do que a construção da imprensa sobre ela mesma, nos interessa a análise travada em suas páginas sobre o presidente Geisel. Entendemos, porém, que tais interpretações narrativas têm relações entre si. A proclamação de distinções bem marcadas entre as facções dura e moderada das Forças Armadas tem a ver com a construção dos empresários da comunicação do seu próprio lugar no legado memorial do país. Em sua retórica, a grande maioria das empresas de comunicação registrou o apoio a Castelo, pois acreditava na revolução redentora, silenciou o apoio à Médici, através do discurso de resistência à censura, e vangloriou Ernesto Geisel, o presidente da abertura. Se na operação narrativa midiática os “castelistas” são tidos como vozes democráticas dentro das Forças Armadas, a própria mídia, que os reivindica, também garante a si esse lugar. Para Carvalho:

Este julgamento coloca alguns elementos para pensarmos a memória da repressão que emerge da mídia. O núcleo principal das reportagens afirma uma distinção fundamental nas Forças Armadas entre as facções dura e moderada. O aumento da repressão, tanto a censura à imprensa quanto as violações dos direitos humanos, foi um resultado da vitória dos oficiais da primeira linha, enquanto os castelistas, grupo ao qual Geisel pertencia, apresentavam valores mais liberais, não desejavam a continuidade do governo militar e não apoiavam as práticas violentas. Por outro lado, as torturas, mortes e desaparecimentos de presos políticos eram de responsabilidade dos

²⁰ Memória Globo. op.cit.2004. p. 69.

serviços de informação sem a convivência dos chefes militares. Daí as expressões como "anarco-militarismo", utilizada por *Veja* para descrever a situação nas Forças Armadas no início do governo Geisel e as afirmações de quebra da hierarquia nas situações de tortura ou assassinato. Desta forma, a linha moderada, em nenhum momento, defendeu a necessidade de práticas violentas.²¹

Assim, no dia da morte de Ernesto Geisel, não só sua família recebeu homenagens e elogios exacerbados *in memoriam* do ex-presidente, como os meios de comunicação fizeram questão de exaltá-lo em suas páginas. Na manchete de capa da Folha de S. Paulo do dia 13 de setembro de 1996 (um dia após o falecimento de Geisel) anunciava-se: “Geisel que fez a abertura morre aos 88”. Ainda na primeira página do Jornal uma notinha do historiador Thomas Skidmore, que abriria a matéria principal no interior do jornal:

O primeiro inimigo de Geisel foi a linha dura militar, determinada a empregar a tortura para desestabilizar o regime. Derrotou-a e cumpriu a promessa de abertura lenta, gradual e segura.²²

No editorial do mesmo jornal, assinado por seu proprietário Luis Frias e por seu conselho, argumentou-se que cumpria à Folha colocar a biografia de Geisel na perspectiva correta, e não revisita-la para melhor, como costumeiramente se fazia com os mortos. Apesar das ressalvas, somente elogios se seguiriam:

De um lado, o general foi figura relevante do regime autoritário, circunstância que a morte não apaga. Mas foi também figura relevante da penosa transição do autoritarismo para a democracia, outra marca indelével de sua biografia. Pode-se até dizer que foi a ação firme do presidente Geisel que permitiu o *turning point* definitivo rumo à democracia. Se ele tivesse hesitado durante a rebelião ensaiada por seu ministro do Exército Silvío Frota, no dia 12 de outubro de 1977, é possível que a transição fosse interrompida. Da mesma forma, foi a firmeza de Geisel, ao demitir um poderoso comandante militar, o general Ednardo D’Ávila Mello, que colocou o primeiro freio às torturas que se praticavam à época. (...) Esse ato marcou o início do fim das torturas contra prisioneiros políticos, outro passo adiante no rumo da normalidade institucional. A esse relevante papel

²¹ CARVALHO, Alessandra. op.cit.2001.p.27.

²² SKIDMORE, Thomas. Folha de São Paulo, 13 de setembro de 1996.

institucional cumpre acrescentar o mérito inquestionável de uma honradez pessoal que jamais foi posta em dúvida.²³

Como bem analisou o jornalista Nelson de Sá na própria Folha de São Paulo, havia começado a beatificação de Geisel: “para escapar da beatificação de Ernesto Geisel, ontem na televisão, era preciso sair do país.(...)”.²⁴ A seleção dos telejornais exaltava o “patrono” da abertura política, o grande gestor econômico, e a modernização do Brasil a partir de 1974. E apesar de alguma menção a medidas autoritárias, a “avaliação de seu papel na história, (as emissoras de TV) escolheram sublinhar o democrata, o estadista.”²⁵

Sá não estava enganado, a trajetória de Geisel seria escrita, também nos jornais impressos, a partir de uma perspectiva positivada. O que se sublinhava na grande imprensa era a distância do general dos governos “linhadurista”, promotores de episódios como o AI-5, e da repressão desenfreada. Geisel, nesse momento, estaria se dedicando ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar e, logo, de presidente da Petrobrás; tanto que, quando assumiu a presidência da República, começou o projeto para botar ordem na casa, iniciando a reforma da ditadura, controlando os militares radicais e conquistando o apoio de importantes atores sociais.

Em outro periódico de grande circulação - o Jornal do Brasil - também encontramos uma série de textos e reportagens dedicados a traçar a “biografia” de Geisel, a partir de episódios selecionados. Na chamada principal do JB, a seguinte mensagem:

O General Ernesto Geisel, penúltimo presidente do regime militar, o último a dispor de poderes absolutos, será sepultado às 11h no cemitério João Batista. Geisel morreu ontem, de câncer generalizado, aos 88 anos, na clínica São Vicente, na Gávea. Governou o Brasil de 1974 a 1979 e passou ao sucessor um país liberto dos traços essenciais da ditadura: desestabilizou os aparelhos de tortura de presos políticos, abrandou a lei de segurança nacional, eliminou a censura à imprensa e revogou o AI-5, o instrumento do poder arbitrário. Usou o arbítrio, porém, quando julgou conveniente: cassou mandatos parlamentares, fechou o congresso e decretou uma reforma do judiciário, Geisel reatou relações diplomáticas com a China, denunciou os acordos

²³ Editorial Folha de S. Paulo, 13 de Setembro de 1996.

²⁴ Folha de São Paulo, 13 de Setembro de 1996.

²⁵ Ibid.

militares com os EUA e promoveu uma frustrada política de cooperação nuclear com a Alemanha.²⁶

Os depoimentos no interior do jornal deram voz a personalidades da vida pública brasileira que conviveram com Geisel, ou acompanharam seu governo. A maioria do espaço foi destinada a mensagens pródigas em elogios:

(...) A brilhante carreira militar, a sua participação em acontecimentos marcantes dos anais republicanos, os postos e responsabilidades que assumiu na vida pública, já preenchiam um currículo suficiente para que Ernesto Geisel fosse convocado a comandar os destinos do Brasil, numa fase excepcional e complexa. Além de seus títulos biográficos, incorporou na nova missão o compromisso de resgatar e completar o movimento de reorganização democrática no país.

Em que pesem os múltiplos efeitos negativos da crise mundial do petróleo na década de 1970, o governo Geisel manteve o Brasil no rumo do desenvolvimento, definindo importantes investimentos para as nossas necessidades energéticas, de insumos básicos, de bens de capital, de infraestrutura, de produtos siderúrgicos etc. Implantou-se a política de substituição de importações, acionaram-se obras de porte da hidroelétrica de Itaipu e, vencidas naturais dificuldades, o crescimento do PIB atingiu o nível de 7% ao ano. A política externa inseriu-se na simetria liberalizante sob o signo “pragmatismo responsável”. São múltiplos os motivos que justificam o sentimento de pesar do povo brasileiro com a morte do presidente Ernesto Geisel. Para nós da Petrobrás, esses motivos são mais específicos, pelo que representam para a empresa. São, porém, de igual emoção e intensidade.²⁷

Joel Mendes Rennó - ex- Presidente da Petrobrás.

Ernesto Geisel será lembrado como o iniciador do processo de redemocratização do Brasil na década de 1970. Ele foi o pai da abertura e firme opositor dos linhaduristas que queriam uma ditadura militar permanente. Ele não tinha dúvidas que o destino do Brasil no mundo era como parte do Ocidente democrático, independente e não como um satélite dos EUA. Eu tive o privilégio de trabalhar com Geisel quando foi chefe da casa militar durante o governo de Castelo Branco, e a maior parte dos equipamentos militares de grande porte do Brasil ainda estava sendo fornecida pelos EUA. Ele defendia uma política racional de suprimentos para as necessidades reais dos militares e também ajudou Castelo a negociar um entendimento entre a Marinha e a Força Aérea no argumento sobre o voo de aviões de guerra de Minas Gerais. Eu acredito que como o presidente Harry

²⁶ Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

²⁷ RENNÓ, Joel Mendes. Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

Truman nos EUA, a reputação de Ernesto Geisel vai crescer com a passagem dos anos. Ele será visto, em retrospecto, como um homem imensamente importante na história do Brasil.²⁸

Lincon Gordon, embaixador dos EUA no Brasil entre 61 e 66.

Foi um bom presidente. Um homem sério que iniciou o processo de abertura democrática. E o fez com muita lealdade e competência. Era um militar circunspecto e, entre os militares, o mais chegado à democracia. Governou durante uma das mais sérias crises econômicas mundiais, com o petróleo tendo um aumento de 80%. Briguei com ele por causa da insistência no programa nuclear e em querer instalar a produção de alumínio no Rio de Janeiro. Morreu pobre e sempre prestigiou o país. Quando sua filha teve um câncer na hipófise fez questão de operá-la no Brasil.²⁹

Antônio Ermínio de Moraes – empresário

Além dos depoimentos escolhidos acima, muitos outros nomes públicos destacaram, nas páginas do Jornal do Brasil, a importância de Geisel para o país. Entre eles, o líder do MDB no senado e principal voz das oposições durante o governo Geisel, Paulo Brossard que declarou que apesar dos erros cometidos por Geisel era inevitável não deixar de lembrar o que de positivo ele havia feito, como o enfrentamento à tortura praticada dentro do governo.

Sérgio Motta, Ministro das comunicações de Fernando Henrique Cardoso, ex-secretário geral da Ação Popular (AP), organização de esquerda durante a ditadura, elogiou o presidente Geisel pelo papel excepcional no processo de desenvolvimento do país, e por exercer seu mandato com muita justiça.

Romeu Tuma, que foi diretor geral do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de 1977 a 1982, e eleito senador pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual DEM, encampou os elogios apontando a seriedade e a honestidade de Geisel, que pegou um período difícil e enfrentou o desafio de começar a abertura política, trabalho refletido pelos tempos adiante: “Foi um inspirador das ideias democráticas”.³⁰ Cabe lembrarmos que Tuma foi apontado no livro *Habeas Corpus*³¹, lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como ativo participante na

²⁸ GORDON, Lincon. Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

²⁹ MORAES, Antônio Ermínio. Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

³⁰ TUMA, Romeu. Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

³¹ SACCHETTA, Vladimir (org). “Habeas corpus: que se apresente o corpo - A busca dos desaparecidos políticos no Brasil” Brasília: Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

ocultação de cadáveres de militantes políticos torturados e assassinados durante a ditadura, além de promover o falseamento de informações que poderiam identificar a localização dos corpos dos desaparecidos.

Uma das poucas vozes críticas convidadas a falar sobre Geisel na repercussão de sua morte pelo Jornal do Brasil foi a de Francisco Pinto, ex-deputado cassado no governo do general:

Para mim, era um farsante. Quando eu estava preso em 1964, em Salvador, Geisel era chefe do gabinete do ex-presidente Castelo Branco e foi visitar as prisões do nordeste, onde havia denúncias de tortura. Estive no quartel onde eu estava preso, vius presos torturados, um rapaz com a mão esmagada. Depois voltou para Brasília e deu entrevistas dizendo que não havia tortura. Foi um farsante. Como presidente teve alguns pontos positivos. O principal deles foi a tentativa de buscar uma alternativa energética para o Brasil. Sobre a sua dedicação à redemocratização, só tenho a dizer que vi Geisel cassando muita gente e fechando o congresso.³²

Francisco Pinto

Como podemos observar, através da repercussão da morte de Geisel no Jornal do Brasil e na Folha de São Paulo, e também na distinção feita entre militares duros e moderados em outros jornais como O Globo e OESP, o enfoque jornalístico sobre a figura de Geisel privilegiou a construção iniciada pelo próprio ex-presidente, como um homem adepto a ideias liberais, comprometido com a democracia e exitoso em promover a abertura política brasileira. Como analisa Carvalho, coube a imprensa destacar, ainda, características pessoais de Geisel como honestidade, honradez, simplicidade. Para a autora:

A ausência, nas páginas dos jornais, de vozes de grupos ou pessoas com posturas bastante críticas em relação à ditadura militar contribuiu para a construção da imagem de Geisel como o principal responsável pela volta da democracia. O inimigo de Geisel, a quem ele combateu, foi sempre identificado com a linha dura e nunca correntes políticas ou movimentos sociais. Desta forma, os periódicos não apresentam visões concorrentes em relação a Ernesto Geisel. Nas páginas da imprensa, a avaliação de Geisel só tem uma voz: a daqueles que veem o ditador de forma positiva. Não há depoimentos de adversários ou uma análise das pressões das organizações da sociedade civil sobre o

³² PINTO, Francisco. Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

regime e da repressão a estas mobilizações, que marcaram seus anos na presidência. A democracia aparece sempre como resultado de uma luta de Geisel contra a linha dura, sem considerar a luta da sociedade contra o regime que o general chefiava. Neste sentido, a escolha dos atores e memórias pela mídia para fazer o balanço de Geisel o elevam a um patamar impensável para um presidente de uma ditadura militar: o defensor da democracia.³³

Como vimos, a partir de artefatos dotados de poder simbólico, logo instrumentos políticos nem sempre perceptíveis, estruturou-se a imagem do presidente da abertura. Em um processo de transmissão dessa memória, que envolve disputas de caráter tanto valorativo como cognitivo, entra o lugar das forças sociais mais amplas, instituições e personalidades que combinam recursos de legitimidade e coerção moral para consolidarem certos consensos, segundo suas próprias conveniências.

Aclamar Geisel como um homem de convicções democráticas, oposto à linha dura que ora esteve no poder, significa, para os meios de comunicação brasileiros, aclamar a própria trajetória nas “trincheiras da liberdade”³⁴. O Brasil estaria, finalmente, ao encontro de sua verdadeira vocação pacífica, e isso, devido ao protagonismo do general “castelista”, que encarnava o verdadeiro espírito da “revolução”. “Revolução” defendida pela maioria dos meios de comunicação, mas também “combatida” por eles depois dos famosos “desvios”, a partir da eleição de Costa e Silva, em 1967. As empresas de comunicação como as relacionadas acima - O Globo, OESP, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, entre outras - podemos afirmar, procuraram demarcar seu lugar na memória social entre o engano sofrido a partir do processo de consolidação da ditadura, o mito da resistência, e a defesa da democracia, reconduzida por Geisel.

Assim, o apoio a Ernesto Geisel contribui com a reinvenção da memória de uma revolução democrática, mas também da mídia democrática, selando “a tranquilidade da nação coesa, fraterna, harmônica, conciliada no presente, assumindo sua vocação, eliminando as barreiras que dividem, esquecendo e confraternizando (...)”³⁵

³³ CARVALHO, Alessandra. op.cit. 2001. p.28.

³⁴ Para usar a expressão de Denise Rollemberg.

³⁵ ROLLEMBERG, Denise. op.cit. p. 120.

Em consonância com a “monumentalização” da figura de Geisel, entendemos a memória construída a partir de conhecidas empresas de comunicação contribuindo para influenciar a sociedade atribuindo às suas memórias específicas o status de “história nacional”.

O consenso em torno dessa memória oficial é muito perigoso, principalmente por continuarmos convivendo com as mesmas narrativas produzidas para legitimar o estado policial implantado no pós-1964 ³⁶, por abrandar a participação de muitos civis, como empresários da indústria e dos meios de comunicação no regime autoritário, e por isentar a responsabilidades dos sucessivos governos pós-militares que vêm adotando as políticas do esquecimento para refundar a unidade pátria, pautada por uma democracia de acordos. A instauração do consenso no Brasil - molde para a reconciliação nacional pós-ditadura - vem obedecendo à disposição de superar antagonismos e manter a estabilidade através da redução da troca social.

No entanto, se a significação dos acontecimentos do passado não se estabelece de uma vez para sempre, apontamos para a data redonda de 50 anos do golpe civil-militar no Brasil como uma oportunidade muito especial para que ganhem ressonância novas vozes sobre a ditadura. Vozes dissonantes - fragmentadas e silenciadas durante tantos anos -, trabalhos acadêmicos questionadores, exposições, filmes, peças, debates, e os trabalhos de nossa tardia Comissão Nacional da Verdade etc., devem contribuir para a proposição de retrospectivas analíticas alternativas às versões oficiais, abrindo fissuras nos consensos estruturados, que um dia se tentou definitivos. Esta é uma grande ocasião para a desorganização de memórias enquadradas, e a interpelação à sociedade brasileira sobre as verdadeiras responsabilidades de generais “adocicados” como Geisel e Castelo Branco nos 21 anos de ditadura brasileira, assim como de seus parceiros formadores de opinião e financiadores.

³⁶ JANE, Jessie. “O que os meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar”. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (org.). *Violência na história. Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 168.